



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE
JOAQUIM VENÂNCIO

Rayssa Da Silva Carneiro

O desenvolvimento infantil e as formas de educação intrafamiliar

Rio de
Janeiro

2024

Rayssa Da Silva Carneiro

O desenvolvimento infantil e as formas de educação intrafamiliar

Monografia apresentado à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV-Fiocruz) como requisito parcial para aprovação no Curso Técnico em Análises Clínicas.

Orientadora: Marise De Leão Ramôa

Rio de Janeiro

2024

Rayssa Da Silva Carneiro

O desenvolvimento infantil e as formas de educação intrafamiliar

Monografia apresentado à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV-Fiocruz) como requisito parcial para aprovação no Curso Técnico em Análises Clínicas.

Aprovado em __/__/__.

BANCA EXAMINADORA

Marise de Leão Ramôa
EPSJV/FIOCRUZ

Dênis Petuco
EPSJV/ FIOCRUZ

Renata Vasconcelos
EPSJV/FIOCRUZ

Rio de Janeiro

2024

AGRADECIMENTOS

A realização desta monografia representa a conclusão de uma etapa repleta de aprendizado, desafios e superações. Este trabalho só foi possível graças ao apoio e à contribuição de pessoas e instituições que marcaram profundamente a minha jornada, e a elas dedico minha mais sincera gratidão.

Agradeço, primeiramente, a Deus, pela força, sabedoria e proteção concedidas em todos os momentos dessa caminhada, iluminando meus passos e renovando minha fé diante das dificuldades.

À Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV-Fiocruz), por oferecer uma formação de excelência, por estimular o conhecimento crítico e por proporcionar um ambiente acadêmico tão enriquecedor. Sentir-me parte desta instituição é motivo de orgulho e gratidão.

À minha orientadora, Marise Ramôa, pela dedicação, paciência e orientações valiosas. Sua orientação foi essencial para que eu pudesse amadurecer, não apenas academicamente, mas também como pessoa. Obrigada por acreditar no meu potencial.

À minha família, pelo amor, apoio incondicional e por serem a base que me sustentou nos momentos mais difíceis. Sem vocês, nada disso seria possível.

Aos meus amigos, que estiveram ao meu lado nessa trajetória, compartilhando alegrias, angústias e vitórias. Em especial, agradeço a Maria Eduarda Mello, José Adailton, Kharen Dias, Yasmin Pegas e Lauany Salles, por serem meu porto seguro, pela amizade sincera e por me motivarem a seguir em frente.

À Fernanda Bottino, por todo o apoio, incentivo e pelas palavras de encorajamento que fizeram toda a diferença. Sua presença foi indispensável para que eu alcançasse este momento.

Por fim, dedico este trabalho a todos que, de alguma forma, contribuíram para minha formação e para a realização deste sonho. Obrigada por fazerem parte dessa história!

*“Educar não é repetir
palavras, é criar
condições para a
transformação.”
— Paulo Freire*

RESUMO

O presente trabalho teve como tema a relação entre a educação intrafamiliar e o desenvolvimento infantil, abordando a educação não violenta como alternativa às práticas coercitivas no ambiente familiar. Teve por objetivo analisar a relação entre desenvolvimento infantil e práticas educativas intrafamiliares, discutir a história da educação e compreender o papel de mães e pais na formação de valores e normas em crianças, destacando as possíveis contribuições e desafios da educação não violenta.

Para tal, foi desenvolvida uma metodologia com abordagem qualitativa, por meio de revisão bibliográfica, utilizando fontes como livros, artigos acadêmicos e bases de dados reconhecidas, como Google Acadêmico e SciELO. A análise dos textos foi realizada de forma crítica, explorando conceitos-chave e estratégias educativas, com base na literatura especializada, como a obra Educação Não Violenta (2019), de Elisama Santos.

O estudo estruturou-se em dois capítulos: o primeiro apresenta a relação entre o desenvolvimento infantil e a internalização de normas e valores a partir dos modelos de educação indutiva e coercitiva, enquanto o segundo explora a educação e o desenvolvimento infantil à luz das contribuições da psicanálise, da psicologia e da concepção da educação como instituição, conforme discutido por Foucault.

Palavras-chave: Desenvolvimento infantil, Práticas educativas, Educação intrafamiliar, Psicologia do desenvolvimento

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –Representação simbólica da modelagem disciplinar do corpo e do comportamento.

Pág.29

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ECA – estatuto da criança e do adolescente

OMS- Organização mundial da Saúde

SINAN- Sistema de informação de agravos de notificação

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	17
2. METODOLOGIA.....	21
3. CAPÍTULO 1	22
4. CAPÍTULO 2	28
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
REFERÊNCIAS	35

1. INTRODUÇÃO

Segundo Santos (2023) a Educação não violenta é “uma alternativa à cultura autoritária que justifica o uso da violência e da repressão como método educativo”. Busca “caminhos para uma educação mais solidária e compreensiva, acreditando ser possível educar as crianças com consciência, para que as próximas gerações possam colher os frutos de um mundo mais amoroso e justo” (Santos, 2023, **pág**). Essa concepção vai ao encontro com o que venho pensando e estudando sobre a educação na infância.

Ao longo dos anos me convenci que eu queria educar meus filhos de uma forma diferente da que fui educada, pois na minha infância o diálogo entre mim e meus pais não era presente. Não me recordo de ter ouvido nenhum dos dois pedirem desculpas por uma situação que eu achava ter sido injustiçada. A sensação era a de que eles se sentiam superiores e eu não tinha vez nem voz para me expressar. Acredito que essas questões atravessam minha vida hoje, por detectar que possuo dificuldades de sentar e conversar com outras pessoas em diversas situações, como se elas não fossem me escutar e como se eu não soubesse expressar o que eu sinto e conheço.

Mobilizada pela temática da educação de crianças, comecei a pesquisar informações sobre maternidade e, neste processo, encontrei a chamada educação não violenta, por meio da aproximação com a leitura do livro “Educação Não violenta” da autora Elisama Santos, publicado em 2019. De uma forma geral, o que mais me chamou atenção neste livro foi a desnaturalização da maternidade e da paternidade e a constatação de que ninguém nasce mãe ou pai, mas torna-se ao longo de sua experiência e aprendizagem. Disso, iniciei a desconstruir a ideia de que pais e mães não sabem criar/educar seus filhos, pois tudo é uma construção.

Neste livro a autora mostra que certos comportamentos das crianças são mais comuns do que imaginamos, pois fazem parte do próprio desenvolvimento infantil. Elisama cita vários exemplos de situações aparentemente desafiadoras para mães e pais e algumas possíveis estratégias de enfrentá-las. Além disso, aponta como a forma que criamos nossos filhos possui relação com o modo como fomos criados e com a criança que fomos (SANTOS, 2019).

Através dessa leitura, consegui ver que a educação na infância não é algo somente que repercute no presente, mas é determinante para o nosso futuro. Estudos mostram que as práticas educativas parentais podem exercer um grande impacto no desenvolvimento psicossocial da

criança. A falta de proximidade, de apoio, de carinho e o não reforço da autoestima podem trazer consequências na fase adulta. (ARAÚJO, 2003).

Patias, Siqueira e Dias (2012) demonstraram em seu estudo a relação entre diferentes tipos de práticas educativas e a formação do sujeito ao longo da vida. As práticas educativas coercitivas são aquelas que se caracterizam pela utilização da força física e comportamentos agressivos, enquanto as práticas educativas indutivas se referem àquelas cujas finalidades é mostrar à criança as consequências de suas atitudes, com objetivo de proporcionar um momento de reflexão e aprendizagem.

Para as autoras, as principais consequências dessas práticas são que crianças educadas coercitivamente tendem a serem reprimidas, controlando suas atitudes em função do medo das punições de seus pais. Geralmente, a longo prazo, geram transtornos psicológicos como depressão, ansiedade, ausência de autoconfiança e autonomia. Impacta diretamente na autoestima e podem suscitar sentimentos de raiva, medo, vingança, entre outros. Por outro lado, a prática indutiva traz à criança um verdadeiro aprendizado, faz com que ela veja que errou e não queira repetir aquilo por ter a chance de tentar entender suas emoções e não por medo. Assim, a prática indutiva possibilita mais autonomia e maior controle das suas atitudes (PATIAS; SIQUERIA; DIAS, 2012).

Alguns estudos têm mostrado a relação entre as práticas educativas e o desenvolvimento do ser humano ao longo da vida. Demonstrem as consequências da presença da violência psicológica e física contra crianças nos ambientes familiares e, em contraposição, as repercussões positivas de práticas educativas mais acolhedoras e respeitosas (ARAÚJO, 2003; PATIAS; SIQUERIA; DIAS, 2012).

Segundo relatório da Unicef (2019), a violência e os castigos são algo presente em todo o mundo. Vemos essas práticas acontecerem com crianças mais novas, de aproximadamente 12 a 23 meses. Cerca de 300 milhões de crianças de 2 a 4 anos em todo o mundo - três em cada quatro - sofrem, regularmente, com a educação violenta por parte de seus cuidadores e 250 milhões - cerca de seis em cada dez - são punidas com castigos físicos. No Brasil, segundo dados de 2016 do então Ministério de Direitos Humanos, foram registradas 396 ocorrências por dia, ou 16 a cada hora, de maus-tratos a crianças e adolescentes.

Esses dados mostram a necessidade da desnaturalização da violência contra crianças. Patias, Siqueira e Dias (2012, p.987) apontam que modificar as concepções sociais que geram e tornam naturais certos comportamentos compartilhados por uma sociedade não é fácil, e isso não pode ser realizado em um

curto período de tempo. Contudo, o estranhamento de algumas pessoas ao que é considerado estabelecido e dado como natural pode levar a modificações nessas concepções a ponto de transformá-las.

No Brasil, a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Projeto de Lei nº 7.672 já demonstram movimentos de mudanças nesse sentido (PATIAS; SIQUERIA; DIAS, 2012).

É importante destacar que a educação dentro do ambiente familiar está relacionada a todo o contexto social em que se insere. A vida que as mães e os pais possuem, em termos de emprego, divisão de atividades, cultura e rede de apoio, influencia diretamente na forma e disposição com que lidam com suas filhas e filhos no dia a dia. Assim, compreender a educação não violenta dentro de um contexto econômico, social e cultural é de extrema relevância para se ter uma visão mais ampla das funções maternas e paternas dentro de nossa sociedade.

Diante disso, as perguntas que norteiam esse estudo são :Quais as possíveis contribuições e desafios das formas de educação intrafamiliar para o desenvolvimento saudável do ser humano? Qual o papel de mães e pais no processo educativo não violento? Que estratégias educativas são propostas pela perspectiva da educação não violenta? Quais são as possíveis consequências das formas de educação intrafamiliar para a formação do ser humano ao longo da vida? A partir de tais perguntas buscamos atingir os objetivos de analisar a relação entre desenvolvimento infantil e educação intrafamiliar, apresentar o conceito de infância ao longo da história, demonstrar como a educação se constituiu historicamente a ponto de se construir a educação intrafamiliar, compreender o que é desenvolvimento infantil e analisar o impacto da educação coercitiva para o desenvolvimento infantil.

1. METODOLOGIA

Este estudo seguiu uma abordagem qualitativa, já que buscou aprofundar as relações das ciências sociais e os métodos de investigação. A pesquisa foi feita por meio de uma revisão bibliográfica, com o objetivo de reunir e analisar o que já foi produzido sobre o tema. As fontes foram buscadas em bases acadêmicas reconhecidas, como Google Acadêmico e SciELO, além de livros e artigos de autores e autoras importantes no campo do desenvolvimento infantil e da educação.

Para organizar a revisão bibliográfica, seguimos as etapas propostas para a revisão integrativa. Primeiro, definimos o problema e a questão principal da pesquisa. Depois, escolhemos os critérios para selecionar as fontes, garantindo que fossem relevantes e de qualidade. A partir disso, fizemos uma busca sistemática na literatura, selecionando textos que foram avaliados com uma leitura crítica. Essa leitura ajudou a entender como os autores abordam os principais conceitos e como suas ideias se conectam.

Um dos materiais principais analisados foi o livro “Educação Não Violenta” (2019). Ele nos ajudou a refletir sobre como as formas de educação dentro da família influenciam a capacidade das crianças de internalizar normas e valores. A partir dessa análise, entendemos que a coerção, ou seja, obrigar a criança a seguir regras, não é eficaz para a construção de autonomia. Essa autonomia é fundamental para que a criança possa conviver bem em sociedade e internalizar esses valores de maneira mais sólida.

A partir dessa base, o trabalho foi organizado em dois capítulos:

1. No primeiro capítulo, discutimos a relação entre o desenvolvimento infantil e a internalização de normas e valores, comparando modelos de educação indutiva e coercitiva.
2. No segundo capítulo, analisamos a relação entre educação e desenvolvimento infantil com base nas contribuições da psicanálise, da psicologia e na visão de educação como instituição, com foco nas ideias de Michel Foucault.

Escolhemos a revisão integrativa porque ela permite juntar e analisar informações de várias metodologias e fontes diferentes. Como explica a UNESP (2024), esse tipo de revisão tem etapas bem definidas: criar uma questão norteadora, buscar sistematicamente na literatura, avaliar criticamente os estudos e apresentar uma síntese dos resultados.

Esse método foi essencial para compreender melhor as práticas educativas e como elas impactam o desenvolvimento infantil. Ele também permitiu refletir sobre novas formas de pensar e praticar a educação, contribuindo para ampliar as discussões nessa área.

CAPÍTULO 1:Desenvolvimento infantil e as formas de educação intrafamiliar.

Neste capítulo, exploraremos a relação entre desenvolvimento infantil e as formas de educação intrafamiliar. A importância desse tema reside na necessidade de entender como as normas sociais e legais são assimiladas pelas crianças e como isso impacta no seu desenvolvimento emocional e comportamental, em sua relação com o contexto social.

Os aspectos biológicos também desempenham papel importante no desenvolvimento infantil, especialmente nas primeiras fases da vida. No entanto, à medida que a criança cresce, a influência do ambiente se torna cada vez mais significativa, destacando a importância das práticas educativas parentais. O estilo de criação adotado pela família influencia e contribui não apenas o comportamento e as habilidades da criança, mas também sua identidade e valores. Pais e educadores têm um impacto direto nas escolhas e preferências da criança, ajudando a formar sua personalidade. Assim, a interação entre fatores biológicos e ambientais é essencial para compreender o desenvolvimento do indivíduo. A conscientização sobre essas dinâmicas é extremamente relevante para promover um ambiente saudável e enriquecedor para o crescimento das crianças. (WEBER, 2007).

Para Hoffman (1960, 1975) existem duas principais práticas educativas que podem ser utilizadas pelos cuidadores, sendo elas: práticas indutivas e práticas coercitivas. Hoffman (1960) é um autor que realmente se destaca quando falamos sobre práticas educativas parentais. Ele argumenta que os pais exercem um grande poder significativo sobre os filhos, e isso pode acontecer de duas maneiras distintas. A primeira é a disciplina da prática indutiva; nela os pais tentam explicar suas expectativas e fazem com que a criança reflita sobre as consequências de seu comportamento. É como se eles quisessem que o filho entendesse o porquê das mudanças, levando a uma obediência mais consciente.

Por outro lado, temos a disciplina da prática coercitiva. Nesse modelo, os pais recorrem a ameaças e punições para tentar controlar o comportamento dos filhos. Eles podem usar força física ou até privar a criança de algumas coisas que gosta. Isso não só reforça o poder dos pais, mas também pode gerar um ambiente tenso e, em casos extremos, situações de violência e isso reforça a ideia de que pais são superiores aos filhos. Muitos estudos apontam que crianças criadas sob essa abordagem podem acabar enfrentando sérios problemas psicológicos e comportamentais no futuro, desenvolvendo assim problemas com agressividade, com mentiras, agressões verbais e físicas

(BOLSONO-SILVA; MARTURANO,2007; PATTERSON; DeBARYSHE; RAMSEY,1989; REPPOLD et al., 2002; REPPOLD; PACHECO; HUTZ, 2005; SALVO; SILVARES; TONI, 2005; SZELBRACIKOWSI; DESSEN,2007; WEBER; VIEZZER; BRANDENBURG, 2004; WEBSTER-STRATTON, 1997, apud PATIAS, SIQUEIRA, DIAS 2012) e com tudo isso vemos até a normalização das violências, assim como vemos mulheres que aceitam agressões de seus companheiros, por entenderem que “a violência é uma forma de amor”. Por terem escutado isso de seus pais\cuidadores, “estamos fazendo isso porque amamos você”. Vemos com isso que essa diferença nas abordagens é super importante e pode impactar muito a vida de uma criança e contribuindo no seu desenvolvimento psicossocial.

Os maiores índices de problemas psicológicos e agressividade em crianças estão diretamente ligados ao estilo de criação que recebem, as que recebem as práticas coercitivas são as que mais possuem essas consequências, um resultado muito perceptível pelos pais é o afastamento e isolamento das crianças com relação a família, mas o que muitos não sabem é que isso é apenas uma das muitas consequências que esse tipo de educação traz. O intuito dessa monografia é justamente mostrar formas diferentes de educação e como esses métodos produzem consequências. O que é importante frisar é que muito disso não é culpa dos cuidadores/pais e sim do contexto social em que estamos inseridos. Existe uma compreensão de que a forma de ensino e castigo físico vem até mesmo de uma ideia religiosa, temos como exemplo o provérbio 23:13 escrito na bíblia cristã que diz “quem não faz uso da vara odeia seu filho, mas o que o ama, desde cedo o castiga”, fica assim entendido que essa forma de educar era sinônimo de purificação (NUNES; WONDRACEK, 2013).

O núcleo familiar é um lugar de extrema importância para o desenvolvimento da criança, sendo ele o lugar de maior interação na primeira infância, é nele que elas aprendem condutas, valores morais, formam parte da sua personalidade, tem o contato com o afeto, amor, cuidado, carinho, por isso é tão importante que os cuidadores ofereçam um lar harmônico, afetivo e de proteção. (PATIAS et al., 2013). A falta disso, juntamente com a ausência de cuidados básicos, se torna até mesmo negligência dos pais/cuidadores com as crianças.

A palavra “violência” de acordo com o dicionário etimológico de Soares Amora (2008,p.770), é definida como “qualidade de violento; abuso de força; ação violenta; ação de violentar.”e de acordo com o dicionário de filosofia (ABBAGNANO,2007) violência é a ação contrária à ordem ou à disposição da natureza.

Violência é toda forma de violação, como por exemplo o direito de liberdade, dos direitos sociais e políticos, o direito a saúde, à vida, educação (MINAYO, 2010).

A violência acompanha a humanidade desde a sua existência e está relacionada aos comportamentos sociais e humanos, e ao uso do poder, podendo ser: ameaças, convencimento de persuasão, entre outros (OMS, 2002). A relação de poder, nesse sentido, consiste numa relação de dominação, de uma estrutura hierarquizada socialmente existindo assim o dominador e o dominante. (BOURDIEU, 2002).

A educação que a grande maioria das pessoas recebe é fruto de uma reprodução sem questionamentos do que os antepassados fizeram, e entender um pouco desse contexto histórico é fundamental para sabermos que a grande maioria dos pais não bate porque gosta, mas sim porque é a única ferramenta que eles conhecem.

Educar é um ato fundamentado no amor, na fé, na humildade e principalmente na confiança, isso muitas vezes foge dos padrões de educação dos pais/cuidadores com as crianças, onde vemos a dominação e o uso de violência física, sendo os atos mais presentes e isso se dá, infelizmente, pelas crianças ainda serem vistas como seres vulneráveis e inferiores aos adultos. (LONGO,2005).

1.1.FORMAS DE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR

A violência interpessoal, que é a violência praticada de uma pessoa contra a outra, podendo ser essa pessoa um familiar ou até mesmo um conhecido, é a que possui maiores índices de mortalidade no Brasil, atingindo principalmente as faixas etárias de 0 à 19 anos, ultrapassando o índice de mortes por acidentes de trânsito. (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2023)

Ao analisar os dados do Sinan/MS sobre a violência contra crianças e adolescentes de 2011 a 2021, observa-se que aproximadamente dois em cada três casos de violência contra crianças de 0 a 14 anos ocorreu dentro da residência. Para adolescentes de 15 a 19 anos, esse número é de um em cada dois casos. (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2023).

A violência física é a mais presente na vida dessas crianças, podendo ser apresentada na forma de socos, pontapés, entre outros, ou seja a força física causada por objetos ou até mesmo com a

própria mão de quem as pratica. Essa violência poder causar danos emocionais e físicos para as crianças. (BRASIL, 2018).

As questões psicológicas não são apenas um mero detalhe, como podem pensar algumas pessoas. A violência psicológica pode comprometer o desenvolvimento psíquico e emocional de quem a vivência.

A lei 10.431 de 2017 considera violência psicológica qualquer ato de discriminação, humilhação, manipulação, agressão verbal, bullying ou qualquer forma de desrespeito à criança ou ao adolescente que possa prejudicar seu desenvolvimento emocional ou psicológico; a alienação parental, onde um dos genitores ou responsáveis interfere na formação psicológica da criança, prejudicando o vínculo com o outro genitor; e qualquer conduta que exponha a criança ou o adolescente a crimes violentos contra membros da família ou rede de apoio, especialmente quando são testemunhas desses atos, configuram situações de risco para o bem-estar e o desenvolvimento saudável da criança. Existe também a lei 13.772 de dezembro de 2018 que diz que a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação; (BRASIL,2018)

De acordo com a lei 13.431, de 5 de abril de 2017, conhecida como a lei da escuta protegida, que visa a garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, a violência infantil é caracterizada da seguinte forma: violência psicológica, física, sexual, negligência, patrimonial, institucional e trabalho infantil. As maiores ocorrências de violência geralmente são dentro de casa, sendo os agressores pessoas próximas ou até mesmo os pais/cuidadores dessas crianças. Mediante esses altos índices de violência contra a criança, foi criada a lei (13.010/2014), mais conhecida como lei menino Bernardo, foi nominada assim após o assassinato de Bernardo Boldrini, um menino de 11 anos que foi vítima de violência e maus-tratos no seio familiar, essa lei consiste no estabelecimento do direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante. Antes dessa lei, em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente entrou em vigência, garantindo

assim, o direito das crianças de serem consideradas sujeitos de direitos, estabelecendo também, normas protetivas a crianças e adolescentes em seus arts. 3º e 4º:

Art. 3º. A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Art. 4º. É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Marcas são deixadas na vida de quem sofre com a violência. No aspecto psicológico, podem ser apresentadas como: ansiedade, depressão, falta de autoestima, consumo de álcool, insegurança, falta de autoconfiança e controle, entre outros. (VIEIRA, 2015). Crianças expostas à violência geralmente possuem dificuldade no convívio social e tendem a ser pessoas mais introvertidas (SOUSA,2013).

1.2 - Infância e desenvolvimento infantil

Segundo Àries (1973) o conceito de infância foi decorrente da origem do sentimento de família, que começou a ganhar visibilidade a partir do século XVIII. Antes disso, na Idade Média os índices de mortalidade de crianças eram muito altos, dificuldades assim impediam a possibilidade do afeto entre pais e filhos; nesse período as crianças eram vistas como miniadultos, não existia separação entre crianças e adultos. Com a diminuição das taxas de mortalidade e do aparecimento de padres reformadores que baseavam a moral na necessidade de preservação da inocência e racionalidade suposta nesta fase da vida, foram surgindo os internatos que nada mais eram do que uma instituição de ensino onde os alunos não apenas estudavam, mas também residiam, e isso funcionava como uma forma de isolamento para proteger as crianças das influências morais do mundo adulto. Nesse período as famílias viviam de maneira exposta,

vivendo nas ruas, o que resultava em laços menos íntimos entre seus membros, então, nesse contexto, Àries (1975) aponta que a convivência social densa não deixava espaço para a família, isso não quer dizer que ela não existisse na prática, o que seria contraditório, mas sim que não era percebida como um sentimento ou valor central.

Na Idade Média, as crianças faziam a transição rápida da infância para a vida adulta, e a adolescência, como fase distinta, não era reconhecida. Ao atingirem entre sete e nove anos, idade em que a igreja católica escolheu para ser a idade em que passava a conhecer o que é certo e errado, chamado assim de a idade da razão (Postman, 2012), deixavam de depender dos cuidados maternos, conquistando independência física. Nesse período, eram enviadas para viver com outras famílias, onde interagiam com adultos em suas atividades diárias, sem distinção entre o que era considerado apropriado para crianças ou adultos. Assim, por meio dessas experiências com os mais velhos, adquiriam a educação necessária para a vida adulta.

Na modernidade, algumas mudanças em relação às crianças começaram a aparecer, a criança começou a ser digna de atenção, tornando-se assunto sério e relevante. Já nesse período conseguimos observar as diferenças entre classes sociais, já que crianças burguesas começavam a frequentar escolas e filhos de camponeses continuavam tendo uma vida de miniadultos, vivendo como nos tempos antigos, então vemos que a infância não era para todos, mesmo entendendo segundo Corsaro (2011) que a infância nunca esteve ausente da vida da criança.

Ariès propõe que a noção de família surge no século XVIII, quando esta se afasta da sociedade e se liga de maneira mais íntima entre seus integrantes. O convívio familiar torna-se restrito ao lar, que passa a ser um refúgio do mundo exterior. Nesse contexto, os pais começam a se dedicar mais aos filhos, preocupando-se com sua saúde e educação, o que resulta na formação do conceito de infância. Rousseau, filósofo suíço, desempenha um papel crucial nesse processo, ao lado de romancistas da época. Ele considera a criança um ser naturalmente bom, puro e inocente, isento de razão, moralidade e sexualidade, promovendo assim, a criação de um espaço específico para elas. Rousseau argumenta que o mundo corrompe a inocência infantil e, por isso, as crianças devem ser afastadas da sociedade para se tornarem adultos virtuosos. Ele defende que a educação deve respeitar as necessidades individuais de cada criança e propõe uma teoria do desenvolvimento infantil, segundo a qual o crescimento deve ocorrer de forma espontânea, seguindo padrões hereditários. O adulto desempenha um papel extremamente importante no desenvolvimento da criança, segundo Arthur Ferreira (2008). Cabe ao adulto ensinar à criança

sobre a vida e suas diversas facetas. No início do século XX, Freud contesta a visão de Rousseau, apresentando a criança a partir do inconsciente e tendo sexualidade (1905). Durante esse período, pensadores como Rousseau, Montaigne e Freud fizeram contribuições significativas para o entendimento da infância, seu desenvolvimento e a formulação de práticas educativas voltadas para essa fase da vida. A apresentação das contribuições da psicanálise e da psicologia faz-se necessária para pensarmos sobre o que é desenvolvimento infantil e também uma leitura crítica sobre a educação como instituição, a partir de Foucault, faz-se aqui necessária.

2. CAPÍTULO 2

Educação, controle e submissão...

A educação é vista e passada como uma forma de disciplina, onde tentam moldar, corrigir, fabricar e reformular corpos (FOUCAULT, 1999). Nos séculos XVII e XVIII a sociedade pode ser compreendida como uma “sociedade disciplinar”, que consistia em um sistema de controle social. Esse regime gerou conhecimentos e estratégias que foram usados como forma de moldar o comportamento dos indivíduos.

O poder disciplinar está muito presente e suas manifestações aparecem nas escolas, famílias, hospitais, hospícios, organizações militares, asilos, entre outras instituições. Esse poder controla até mesmo as pessoas que estão na função de controlar (FOUCAULT, 2013). Essas instituições em que o poder se dá, são lugares que moldam os indivíduos em seus comportamentos, em suas condutas, até que estejam conforme o desejado. (Alfredo Veiga-Neto, 2017).



Figura 1: Representação simbólica da modelagem disciplinar do corpo e do comportamento, conforme discutido por Foucault (1999).

Foucault ressalta (1999) em seu livro *Vigiar e Punir*, capítulo 1- “Os Corpos Dóceis”, que

Houve durante a época clássica, uma descoberta do corpo como objeto e alvo de poder. Encontraríamos facilmente sinais dessa grande atenção dedicada então ao corpo - ao corpo que se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam. O grande livro do homem-máquina foi escrito simultaneamente em dois registros no anátomo-metafísico, cujas primeiras páginas haviam sido escritas por Descartes e que os médicos, os filósofos continuaram; o outro técnico-político, constituído por um conjunto de regulamentos militares, escolares, hospitalares e por processos empíricos e refletidos para controlar ou corrigir as operações do corpo (FOUCAULT, 1999, p. 117-118).

Essa citação nos mostra como o poder disciplinar vê o corpo sendo algo que pode ser transformado, submisso, moldado e constantemente aperfeiçoado, tendo assim a ideia de um “corpo inteligível”. Antes do surgimento das disciplinas, o controle social era realizado de forma ampla e global, tratando as pessoas como um grupo homogêneo. As instituições, como escolas, prisões e hospitais, aplicavam regras gerais, sem atenção aos detalhes das ações individuais. O foco era mais sobre a organização coletiva do que sobre o comportamento específico de cada pessoa. Com o regime disciplinar, esse controle se torna mais detalhado e específico. O poder deixa de tratar os indivíduos de forma generalizada e passa a se concentrar em cada movimento e gesto do corpo. Em vez de impor regras gerais, busca-se observar e corrigir de maneira precisa as ações de cada pessoa. Foucault compara essa vigilância ao funcionamento de uma máquina, onde cada parte precisa ser monitorada e ajustada para garantir o melhor desempenho possível. O objetivo não é

apenas controlar o corpo de forma ampla, mas também otimizar e ajustar cada ação para que seja executada de forma mais eficiente. Essa mudança transforma o corpo humano em algo que deve ser moldado e aperfeiçoado constantemente, como se fosse um mecanismo a ser ajustado para alcançar o máximo de produtividade e eficácia. Em vez de ser tratado como antes, como algo passivo, o corpo passa a ser visto como um objeto que precisa ser vigiado e ajustado para garantir o melhor funcionamento dentro das normas e exigências sociais. Com a implementação do poder disciplinar, o controle não se limita mais ao que as pessoas fazem externamente, mas ao modo como fazem. Em vez de apenas observar os comportamentos visíveis, o foco está em otimizar as ações internas, como os gestos e movimentos, tornando-os mais precisos e eficientes, antes o poder focava principalmente em comportamentos visíveis, como o que as pessoas diziam ou como se apresentavam em público. As instituições estavam preocupadas com a observação externa, com a conformidade aparente das pessoas às normas sociais. No entanto, com a implementação do poder disciplinar a ênfase mudou para a eficiência e a organização interna do corpo humano.

O objetivo do poder disciplinar é garantir que o corpo funcione da maneira mais eficaz possível, sem desperdício de energia ou esforço. Cada movimento é monitorado, ajustado e melhorado para maximizar a eficácia da ação, como se o corpo fosse uma máquina a ser ajustada para operar com o máximo de precisão e rendimento. Essa mudança reflete a passagem de um controle mais geral e visível para um controle minucioso e interno, no qual a qualidade das ações se torna mais importante do que a simples quantidade ou aparência do comportamento. Foucault também destaca que as disciplinas introduzem uma forma de coerção contínua e sistemática. Ao contrário de um controle esporádico ou isolado, a disciplina se estende de maneira constante e permeia todos os aspectos da vida cotidiana. Isso inclui o tempo, o espaço e os movimentos, que passam a ser cuidadosamente regulados e organizados para maximizar a produtividade e garantir a obediência. A característica do controle disciplinar é sua presença contínua, sem interrupções, estabelecendo uma dinâmica em que o corpo se torna cada vez mais dócil e útil, alinhado aos objetivos do poder. Esse tipo de controle não se baseia mais na repressão, mas na modulação e organização das capacidades corporais de forma a torná-las mais eficientes e fáceis de administrar.

2.1- A família como instituição disciplinar

Entre os séculos XVIII e XIX, a família emerge como um espaço central para a regulação social, enquanto as práticas educativas refletem e sustentam as transformações nas relações entre Estado, medicina e economia.

A partir do século XVIII, discursos médicos e sociais começaram a questionar as práticas tradicionais de criação de crianças. Os médicos criticavam, por exemplo, o uso de amas-de-leite, comuns tanto nas famílias ricas quanto entre as mais pobres. Essas críticas apontavam que a terceirização do cuidado infantil era uma prática que resultava em prejuízos à saúde física e moral das crianças.

Além disso, a medicina do século XVIII enfatizava a relação entre saúde física e moral e o desenvolvimento econômico da nação. Como observa Donzelot, esses discursos visavam “estabelecer a conexão entre o registro médico e o registro social, entre a teoria dos fluidos e a teoria econômica dos fisiocratas” (DONZELOT, 1980). Nesse cenário, a criação infantil passou a ser vista como uma questão de interesse público.

No século XIX, a medicina doméstica se tornou um elemento central para a educação intrafamiliar, especialmente nas famílias burguesas. O médico assumiu um papel de autoridade dentro da casa, formando uma aliança com a figura materna. Essa relação foi descrita como essencial para reorganizar a família em três eixos principais:

1. O fechamento da família contra influências negativas externas, como as práticas dos serviços e preconceitos sociais;
2. A valorização do papel da mãe como educadora e aliada do médico na preservação da saúde infantil;
3. A oposição a antigas estruturas de ensino, como internatos e disciplinas religiosas, que eram vistas como prejudiciais ao desenvolvimento infantil.

Essa transformação foi facilitada por publicações médicas destinadas às famílias, como o *Dictionnaire de la Santé de Fonssagrives*, que destacava: “O médico prescreve, a mãe executa” (DONZELOT, 1980). Com isso, a figura materna adquiriu um novo status dentro do lar, enquanto o médico consolidava sua influência sobre a saúde e a educação infantil.

Paralelamente, a educação pública também foi alvo de críticas. Internatos e escolas eram acusados de reproduzir práticas prejudiciais à saúde e ao desenvolvimento das crianças, como o

confinamento em espaços insalubres e a falta de exercícios físicos. Médicos alertavam sobre o impacto negativo da promiscuidade nos dormitórios e das práticas de punição corporal. Como resultado, no final do século XIX, surgiram as primeiras associações de pais de alunos, que passaram a atuar para melhorar as condições escolares e proteger as crianças contra influências externas nocivas (DONZELOT, 1980).

A oposição entre educação pública e intrafamiliar reforçou a ideia de que a família deveria ser o principal espaço de desenvolvimento infantil, equilibrando proteção física e moral com liberdade para que as capacidades das crianças pudessem se apresentar.

Enquanto as famílias burguesas contavam com apoio médico e material para implementar práticas educativas, as classes populares enfrentavam outros desafios. A urbanização trouxe problemas como o abandono infantil e a precariedade dos lares. Para essas famílias, o Estado desenvolveu estratégias de vigilância e controle, sob a lógica da “economia social”. Como explica Donzelot, “não se tratava mais de proteger discretamente, mas de estabelecer vigilâncias diretas” (DONZELOT, 1980).

Instituições como orfanatos e conventos surgiram para lidar com crianças abandonadas e mulheres solteiras, visando controlar o impacto das condições urbanas e garantir a reprodução da força de trabalho de forma economicamente eficiente.

Jean Piaget(ano), psicólogo suíço, foi pioneiro no estudo sistemático do desenvolvimento cognitivo infantil. Ele descreveu o aprendizado não como um processo passivo, mas como uma atividade contínua de construção e reorganização mental. Para ele, o desenvolvimento cognitivo é resultado da interação entre a maturação biológica e as experiências vividas pela criança.

Diferentemente de visões anteriores que tratavam crianças como adultos menos experientes ou como tábulas rasas, Piaget demonstrou que o pensamento infantil é qualitativamente diferente. Piaget afirmou que as crianças atravessam quatro estágios de desenvolvimento:

1. Estágio Sensoriomotor (nascimento a 2 anos): Nesta fase, o aprendizado ocorre principalmente por meio dos sentidos e movimentos. A criança desenvolve a noção de permanência do objeto, ou seja, entende que os objetos continuam a existir mesmo quando não estão visíveis.
2. Estágio Pré-Operacional (2 a 7 anos): As crianças começam a usar símbolos para representar objetos e eventos, mas ainda apresentam pensamento egocêntrico, tendo dificuldade em compreender o ponto de vista de outras pessoas.

3. Estágio Operacional Concreto (7 a 11 anos): Caracteriza-se pelo início do raciocínio lógico, permitindo que a criança entenda conceitos como conservação de quantidade, massa e peso.

4. Estágio Operacional Formal (11 anos em diante): Nesse estágio, o pensamento abstrato e a habilidade de formular hipóteses tornam-se predominantes.

Piaget descreveu os esquemas como estruturas mentais que organizam o conhecimento e guiam o comportamento. Esses esquemas se tornam mais complexos com o tempo, à medida que a criança interage com o ambiente. O desenvolvimento desses esquemas ocorre por meio de dois processos principais:

- Assimilação: A criança utiliza esquemas existentes para interpretar novas informações. Por exemplo, um bebê pode usar seu esquema de sucção tanto para mamar quanto para chupar o dedo ou um objeto.
- Acomodação: Quando um esquema existente não é suficiente para lidar com uma nova experiência, ele é ajustado ou ampliado.

Esses processos são motivados pelo equilíbrio cognitivo, que ocorre quando a criança resolve discrepâncias entre o que já sabe e as novas informações que encontra.

A educação intrafamiliar desempenha um papel fundamental no desenvolvimento cognitivo das crianças, especialmente nos primeiros anos de vida. A interação entre pais e filhos cria oportunidades para que a criança explore o ambiente, resolva problemas e desenvolva suas habilidades cognitivas.

Além disso, práticas familiares, como a leitura de histórias, a brincadeira e a introdução de novos desafios, contribuem para estimular o aprendizado ativo. É importante que os pais adaptem suas abordagens educativas às necessidades específicas de cada fase de desenvolvimento, respeitando o ritmo individual de cada criança.

A teoria de Piaget também tem implicações práticas na educação. Em contextos familiares e escolares, é essencial criar ambientes que favoreçam a exploração ativa e a descoberta. Ao invés de apenas transmitir conhecimento, pais e professores devem encorajar as crianças a solucionar problemas e construir seu próprio entendimento.

Isso pode ser feito por meio de atividades práticas, como jogos, experimentos e projetos que desafiem as habilidades de raciocínio lógico e abstrato, promovendo o crescimento cognitivo. (PIAGET, 2003)

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho abordou a relação entre a educação intrafamiliar e o desenvolvimento infantil, destacando a importância das práticas educativas adotadas pelos pais e cuidadores na formação emocional, psicológica e comportamental das crianças. A partir de uma análise crítica das abordagens tradicionais e alternativas de educação, como a educação não violenta, buscamos entender como o estilo de criação parental influencia a formação da identidade e o comportamento das crianças, impactando diretamente o seu desenvolvimento psicossocial.

Na introdução, abordamos a busca por alternativas à educação autoritária, como a educação não violenta proposta por Santos (2023), que defende um modelo educativo solidário, compreensivo e baseado no diálogo. Essa perspectiva se aproxima da minha experiência pessoal e da reflexão sobre as consequências das práticas educativas coercitivas, que ainda são prevalentes em muitas famílias. Como mostramos ao longo do trabalho, a adoção de métodos coercitivos, como punições físicas e ameaças, pode gerar sérias consequências no desenvolvimento emocional das crianças, como problemas de autoestima, agressividade, depressão e ansiedade, conforme apontado por autores como Patias, Siqueira e Dias (2012).

O Capítulo 1 destacou a relação entre o desenvolvimento infantil e as práticas educativas intrafamiliares, apontando como a interação entre fatores biológicos e ambientais, especialmente as práticas parentais, é essencial para o crescimento saudável da criança. Discutimos as duas principais práticas educativas, a indutiva e a coercitiva, enfatizando que a educação coercitiva pode gerar danos psicológicos a longo prazo, enquanto a educação indutiva favorece a compreensão das consequências das ações e promove a autonomia da criança. Nesse contexto, também refletimos sobre como a violência intrafamiliar e a falta de afeto e cuidado podem afetar profundamente o desenvolvimento da criança, resultando em dificuldades emocionais e sociais.

O Capítulo 2 aprofundou a discussão sobre a educação como forma de controle social, com base nas ideias de Foucault (1999), que nos mostra como o poder disciplinar se manifesta em diversas instituições, incluindo a família, com o objetivo de moldar os corpos e as mentes dos indivíduos. Analisamos a transformação da família como uma instituição disciplinar no contexto

histórico, destacando o papel da medicina e dos discursos sociais na construção das práticas educativas familiares no século XVIII e XIX. A ideia de que a educação e a saúde infantil devem ser reguladas pela sociedade, refletindo os interesses econômicos e políticos, foi fundamental para a reconfiguração da educação intrafamiliar, que passou a ser vista como um elemento essencial para o desenvolvimento das crianças e para a formação de uma sociedade produtiva.

A contribuição de Piaget, com sua teoria do desenvolvimento cognitivo infantil, trouxe uma importante reflexão sobre o papel da educação intrafamiliar no estímulo ao desenvolvimento cognitivo das crianças. Ao enfatizar a importância da interação com o ambiente e a resolução de problemas, Piaget nos ajuda a compreender que o desenvolvimento infantil não é passivo, mas uma construção ativa, que deve ser estimulada de forma adequada nas diferentes fases da infância. A teoria de Piaget implica que, para promover um desenvolvimento saudável, é necessário criar um ambiente educativo que respeite o ritmo de aprendizagem da criança e a incentive a explorar, questionar e construir seu próprio entendimento do mundo.

Em síntese, este trabalho reforça a ideia de que a educação intrafamiliar é um fator determinante para o desenvolvimento saudável das crianças, tanto no aspecto emocional quanto cognitivo. A forma como os pais e cuidadores abordam a educação de crianças pode influenciar, de maneira significativa, a formação da personalidade, a capacidade de lidar com emoções e as habilidades sociais das crianças. O desafio, portanto, é construir práticas educativas que promovam a autonomia, o respeito e o amor, superando as abordagens autoritárias e coercitivas que, além de serem ineficazes, podem prejudicar o desenvolvimento emocional e psicológico das crianças.

Esse estudo também nos leva a refletir sobre a importância de compreender a educação dentro de um contexto social, cultural e histórico, reconhecendo que os pais não são os únicos responsáveis por suas práticas, mas sim parte de uma rede social e institucional que molda essas práticas. Portanto, a busca por alternativas educativas mais saudáveis e menos violentas é não apenas uma responsabilidade dos pais, mas de toda a sociedade, que deve trabalhar para criar um ambiente mais acolhedor, justo e amoroso para as futuras gerações.

REFERÊNCIAS:

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

AMORA, Antônio Soares. *Minidicionário Soares Amora da língua portuguesa*. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

ARAÚJO, A. F. Percepção dos estilos educativos parentais e ajustamento psicológico do adulto. *Paidéia*, v. 24, n. 12, p. 215-227, 2003.

ARAÚJO, Saulo de Freitas. *História e filosofia da psicologia*. São Paulo: EDUC, 2003.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC, 1973.

ARIÈS, Philippe. *O tempo da história*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

ATLAS DA VIOLÊNCIA. *Atlas da violência 2023*. Brasília: IPEA e FBSP, 2023.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. *Estatuto da Criança e do Adolescente*.

BRASIL. Lei n. 13.010, de 26 de junho de 2014.

BRASIL. Lei n.º 13.431, de 4 de abril de 2017.

BRASIL. Lei n.º 13.772, de 28 de dezembro de 2018.

CORSARO, William A. *Sociologia da infância*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

DONZELOT, Jacques. *A Polícia das Famílias*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

ELKIND, David. *Sem tempo para ser criança: a infância estressada*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

FERREIRA, Arthur Arruda Leal; ARAÚJO, Saulo de Freitas. Da invenção da infância à psicologia do desenvolvimento. *Psicologia em Pesquisa*, v. 3, n. 2, p. 3-12, 2009.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*. Tradução Raquel Ramallete. 20ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. *Disciplinas*. In: FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. 41. ed. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2013.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Atlas da violência 2023*. São Paulo: FBSP, 2023.

FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAXIAS DO SUL. *Lei da escuta protegida*. Caxias do Sul: FAS, 2022.

HOFFMAN, Martin. Power assertion by the parent and its impact on the child. *Child Development*, v. 31, p. 129-143, 1960.

HOFFMAN, Martin. Moral, internalization, parental power, and the nature of parent-child interaction. *Developmental Psychology*, v. 11, n. 2, p. 228-239, 1975.

LONGO, Cristiano da Silveira. Ética Disciplinar e Punições Corporais na Infância. *Psicol. USP* [online]. 2005, vol. 16, n. 4, p. 99-119.

MCLEOD, Saul. *Teoria do Desenvolvimento Cognitivo de Jean Piaget*. 2018.

- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2010.
- NUNES, Cristina Brandt; WONDRACEK, Karin Hellen Kepler. *DA Violência ao cuidado amoroso de Jesus com as Crianças: um percurso interdisciplinar*. Estudos Teológicos. São Leopoldo: 2013- ISSN 2237-6461.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *Relatório mundial da saúde: reduzindo riscos e promovendo uma vida saudável*. Genebra: OMS, 2002.
- PATIAS, I.; QUEIRA, A. C.; DIAS, A. C. G. Bater não educa ninguém! *Educação e Pesquisa*, v. 38, n. 4, p. 981-996, 2012.
- RIO GRANDE DO SUL. Centro Estadual de Vigilância em Saúde. *Tipologia da violência*. Porto Alegre: CEVS, 2023.
- SANTOS, Elisama. *Educação não-violenta*. São Paulo: Paz e Terra, 2019.
- _____. *Abrace seu filho: reflexões sobre parentalidade consciente*. São Paulo: Paz e Terra, 2023.
- SILVA, Letícia Gomes da. A Lei Menino Bernardo. *JusBrasil*, 2017.
- SOUSA, Maria José da Silva. O psicopedagogo no contexto escolar e o processo de aprendizagem: qual a relação? *Revista Educação Pública*. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2013.
- TRINDADE, L. A. S. Percurso histórico da infância e das instituições de educação infantil. *Revista Saber Acadêmico*, n. 16, p. 47, 2014.

UNICEF. *A educação que protege contra a violência*. Brasil, 2019.

VIEIRA, Ana Maria. *Violência intrafamiliar: uma visão Psicanalítica das Possíveis consequências no desenvolvimento Infantil*. Faculdade de Ciências da Educação e Saúde Centro Universitário de Brasília. Brasília, 2015. P. 24.

WEBER, Lidia N. Dobrianskyj. *Eduque com carinho: equilíbrio entre amor e limites*. 2. ed. rev. atual. Curitiba: Juruá, 2007.